



## GLOBALIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DE BLUMENAU, BRASIL

Ivo M. Theis & Wilfried Kaiser\*

### RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre o processo de globalização da economia e suas consequências sobre o nível local em países capitalistas periféricos. Parte-se da hipótese de que em escala global, inovações tecnológicas e produção flexível estejam conduzindo a configurações pós-fordistas, em cujo contexto alguns NICs têm obtido certas vantagens comparativas. No início dos anos 80, o Brasil passou a adotar estratégias voltadas para a exportação e a modernização industrial. Essas estratégias favoreceram, além dos centros metropolitanos tradicionais, também algumas dinâmicas cidades médias brasileiras. Blumenau, contando com aproximadamente 227mil habitantes, tornou-se um centro dinâmico da indústria têxtil nacional. Este artigo concentra na dinâmica recente deste gênero industrial e sobre os seus efeitos sociais, manifestos no surgimento de associações de moradores.

### ABSTRACT:

This paper aims at analysing the links between the globalization of the capitalist economy and its effects on the local level in developing countries. On a global level, technological innovations and flexible production seem to lead to a postfordist context, in which some NICs have obtained certain comparative advantages. The crisis of the growing debt, at the beginning of the 80s, forced Brazil to an export-orientated growth and to industrial modernization. Such changes in Brazil favor not only metropolitan cities but also the dynamic middlesized ones. Blumenau, a southern city of 227 thousand inhabitants, has historically been a dynamic center of the national textile industry. In this article, attention is given to this industrial sector and to the corresponding impacts, like the emergence of neighborhood movements, which have become an important political power in the city.

---

Este artigo consiste numa versão revisada e atualizada do paper "Globalization, flexible accumulation, and new urban social movements: the case of Blumenau, Brazil", apresentado junto a Sixth Annual International Conference on Socio-Economics (Paris, 15-17 de julho de 1994).

\* Ivo M. Theis é professor (Departamento de Economia) e pesquisador (Instituto de Pesquisas Ambientais) da Universidade Regional de Blumenau, Brasil. Wilfried Kaiser é pesquisador associado do Centro de Estudos sobre a América Latina da Universidade de Tuebingen, Alemanha.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de analisar as relações entre o processo de globalização da economia capitalista mundial e seus efeitos sobre o nível local em países periféricos. Em escala global, inovações tecnológicas e produção flexível parecem conduzir a configurações pós-fordistas, no contexto das quais diversos países recentemente industrializados (NICs) têm conseguido obter certas vantagens comparativas.

Com a crise do endividamento externo do início dos anos 80, o Brasil passou a adotar estratégias voltadas para a exportação e a modernização industrial. Essas estratégias favoreceram não apenas os maiores centros metropolitanos, mas também algumas das mais dinâmicas cidades médias brasileiras.

Blumenau, uma cidade média da macrorregião sul, que conta com aproximadamente 227 mil habitantes, tem sido historicamente um centro dinâmico da indústria têxtil nacional. A atenção do presente artigo se concentra na dinâmica recente deste gênero industrial e sobre os seus impactos sociais - aqui manifestos na emergência de associações de moradores, que têm adquirido considerável expressão política em Blumenau.

### **Globalização e acumulação flexível: tendências da economia capitalista mundial**

Algumas tendências do capitalismo deste fim de século, como mudanças nos processos de trabalho, organização da produção e hábitos de consumo, têm importantes implicações sócio-espaciais. De um lado, a despeito de importantes diferenças entre países capitalistas centrais e periféricos, as referidas mudanças têm ocorrido em escala global. De outro lado, localmente os trabalhadores têm suas vidas radicalmente transformadas sob diversos aspectos.

Com vistas à análise das mudanças em escala global que produzem efeitos em escala local e do sentido das implicações sócio-econômicas e espaciais da transição do "fordismo" para um modelo de desenvolvimento "pós-fordista", adotar-se-á aqui a abordagem da assim chamada *teoria da regulação*. Entretanto, para entender a natureza dessa transição, é preciso antes esclarecer brevemente os principais conceitos que descrevem um "modelo de desenvolvimento".

#### *Paradigmas tecnológicos, regimes de acumulação e modos de regulação*

O primeiro desses conceitos é o de paradigma tecnológico (ou modelo de industrialização). No curso do predomínio de um dado modelo de desenvolvimento, o processo de trabalho é governado por certos princípios gerais. A divisão do trabalho, tanto no interior das firmas como entre elas, está relacionado a estes princípios, envolvendo importantes setores da economia e gêneros-chave da indústria e, por conseguinte, regiões inteiras de uma dada economia nacional, de forma que se pode distinguir um dado paradigma tecnológico em termos de tempo e espaço.

O segundo conceito é o de *regime de acumulação*. Considerado um período de longo prazo, este conceito se reporta às leis macroeconômicas básicas, sendo enfatizadas sobretudo as condições de produção (produtividade do trabalho etc.) e as circunstâncias sob as quais a produção é colocada à disposição da sociedade (consumo

privado etc.).

O terceiro conceito é o de *modo de regulação*. Ele se refere aos mecanismos que, num contexto de contradições e conflitos, conduz ao ajustamento dos indivíduos aos padrões coletivos do regime de acumulação dominante - como normas, hábitos e leis que asseguram a unidade do modelo de desenvolvimento (Lipietz 1992).

#### *Do fordismo para um modelo de desenvolvimento pós-fordista*

Considera-se 1914 o ano do início (simbólico) do fordismo, quando Henry Ford introduziu o dia de trabalho de oito horas a cinco dólares. Contudo, o fordismo se desenvolveu consistentemente apenas a partir de 1945. O modelo de desenvolvimento fordista compreende o longo *boom* do pós-guerra até 1973, sustentado por um certo conjunto de práticas de controle do trabalho, alternativas tecnológicas, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (Harvey 1989).

O paradigma tecnológico fordista consiste num conjunto de processos de trabalho que envolvem uma combinação de *taylorismo*<sup>1</sup> e mecanização no interior de grandes firmas multidepartamentais, que subcontratavam certas tarefas junto a outras (grandes) firmas, estas seguindo os mesmos princípios das primeiras (Lipietz 1992).

O regime de acumulação fordista foi resultado de diversas características. Em primeiro lugar, a produção em massa, que envolveu uma forte polarização entre trabalhadores qualificados e operários desqualificados, uma crescente mecanização que levou a altos índices de produtividade e um crescimento no volume de bens de capital por trabalhador. Em segundo, a correspondente geração de meios monetários, isto é, um crescimento real de salários, que faziam face aos aumentos de produtividade e garantiam a demanda (em massa) da produção em massa. Em terceiro, uma conseqüente estabilidade dos lucros das empresas, que utilizavam a plena capacidade de produção e, portanto, propiciavam o *pleno emprego* dos meios de produção da economia (Lipietz 1992).

Finalmente, o modo de regulação fordista também apresenta peculiaridades. A mais importante delas se refere à legislação social que garantiu níveis de salário-mínimo e generalizou acordos coletivos, que obrigavam empregadores a concederem aumentos anuais de salários aos trabalhadores, compatíveis com aumentos de produtividade. Outra diz respeito ao *welfare-state*, o estado de bem-estar, um sistema de seguridade social avançado, que assegurou aos trabalhadores (de fato, a toda população) a permanência de sua condição de consumidores, mesmo quando eles eram obrigados a parar de trabalhar por motivos de doença ou desemprego. Uma terceira peculiaridade está associada à generalização do uso de crédito-dinheiro (i.é. de papel-moeda) através de bancos privados. Embora controlados por bancos centrais, os bancos privados cumpriam a função de atender à demanda por moeda da economia através da generalização do uso de crédito, de forma que a disponibilidade de dinheiro não representava mais, como antes, uma contrapartida de reservas de ouro ou equivalente (Lipietz 1992).

---

<sup>1</sup> *Taylorismo* é um termo associado a F. W. Taylor, autor de *The principles of scientific management*.

Em resumo, o fordismo consistiu em: (a) uma organização da produção restrita aos grupos dominantes (empregadores, tecnocratas), resultado do predomínio do paradigma tecnológico taylorista, baseado na separação entre atividades operativas e intelectuais no processo de trabalho; (b) uma participação dos assalariados (i.é. a maior parte da população) nos ganhos de produtividade em função de um conjunto de formas de regulação, de maneira tal que níveis elevados de pleno emprego podiam ser assegurados; (c) um sistema que garantia aos trabalhadores estes "benefícios", diretamente como salários ou indiretamente através do estado de bem-estar, mas em todo caso em forma de dinheiro, que permitia acesso aos bens e serviços produzidos pela economia; (d) uma economia de pleno emprego e de consumo em massa, objetivos do progresso técnico e do crescimento econômico; o Estado orientava a sua ação para a consecução destes objetivos (Lipietz 1992).

Este *compromisso*, baseado no paradigma fordista, produziu uma crescente "rigidez". Em consequência, o compromisso fordista entrou em crise no fim dos anos sessenta. A crise do modelo fordista de desenvolvimento, entre 1973 e 1979, é marcado por um confronto dessas "rigidezes". A saída para a crise proposta pelas tendências liberal-productivistas - e colocada em prática por Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos) no início dos anos oitenta - assenta-se na flexibilidade.

A assim *chamada* *acumulação* flexível está relacionada com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos mercados de bens e serviços e dos padrões de consumo. Novos gêneros industriais, novas formas de provisão de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação tecnológica e organizacional caracterizam setores e regiões geográficas baseados no primado da "flexibilidade".

### *Globalização da economia capitalista mundial: acumulação flexível nos países periféricos?*

A crise do fordismo trouxe de volta o argumento do século dezenove de que o livre mercado poderia estabelecer automaticamente um novo modelo de desenvolvimento. Este argumento vem dominando os principais órgãos de regulação internacional como a OECD, o FMI e o Banco Mundial. As estratégias destes órgãos, somadas às políticas neoconservadoras dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, produziram uma nova configuração internacional, um esboço de uma nova divisão internacional do trabalho (DIT). A questão que aqui se coloca é: que influências passou a exercer essa nova configuração internacional sobre os países periféricos? A internacionalização nos anos oitenta deste novo modelo de desenvolvimento baseado no primado da flexibilidade tem algumas consequências relevantes para os NICs.

---

<sup>1</sup> "The period from 1965 to 1973 was one in which the inability of fordism and keynesianism to contain the inherent contradictions of capitalism became more and more apparent" (Harvey 1989:140-141).

Embora o novo modelo de desenvolvimento esteja se concretizando como resultado da crise do fordismo nos países centrais, são os países periféricos que têm assumido o ônus para sair da crise, sobretudo na forma dos altos custos implicados pela dívida externa. Em outras palavras: os ajustamentos postos em prática vêm permitindo solucionar a crise do fordismo às custas dos mesmos velhos perdedores. Ademais, estes ajustamentos têm conduzido à construção de uma nova DIT, na qual os países capitalistas centrais novamente asseguram a sua hegemonia.

É claro que a nova DIT não representa a soma de *fordismo periférico*, de um lado, e regiões e gêneros industriais nos quais predomina a *flexibilidade*, de outro. O capitalismo mundial realmente vem se "globalizando", mas é inegável que um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista, baseado na acumulação flexível, vem tomando corpo.

### *Crise do fordismo periférico e reestruturação econômica no Brasil*

Uma das conseqüências da internacionalização do modelo de desenvolvimento pós-fordista para alguns países periféricos se refere à necessidade de reestruturação de suas economias, com vistas à superação das dificuldades decorrentes do endividamento externo.

A hipótese que orienta a presente análise sustenta que (a) o endividamento externo tornou-se um problema para o Brasil: (b) em conseqüência do qual foi necessário gerar elevados saldos comerciais; (c) as exportações aumentaram na medida em que a economia brasileira se "reestruturava", (d) uma reestruturação, coerente com os processos de flexibilização em curso, que têm importantes implicações sócio-espaciais.

### *Dívida externa e estagflação*

Entre 1945 e 1980, enquanto a produção industrial mundial cresceu a taxas médias de 4% ao ano, a produção industrial brasileira pôde experimentar taxas médias de crescimento anual de 8%. No fim dos anos setenta, época durante a qual a inflação estava "sob controle" e a dívida externa não representava um problema sério, o Brasil havia alcançado a sétima posição entre os países mais industrializados do mundo (Fritsch & Franco 1991). Entretanto, como mostra a figura 1, o endividamento externo crescerá entre 1975 e 1993 mais de cinco vezes. De fato, a dívida externa brasileira se tornaria mesmo um problema só depois que os juros anuais subiram de US\$ 2,4 bilhões em 1977 para 12,5 US\$ bilhões em 1982. A estes valores também devem ser somados os da amortização, que cresceram menos que os relativos aos juros, mas que, somados a estes, correspondem a um montante não desprezível de recursos que saíram do país ao longo dos anos oitenta.

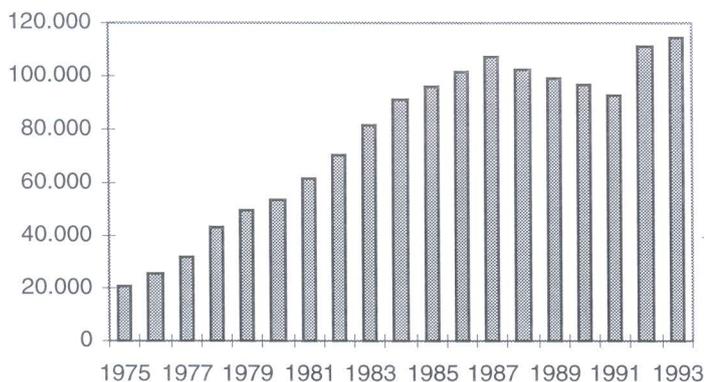
Ao lado dos problemas decorrentes da dívida externa podem ser lembrados também o segundo choque do petróleo (1979), a aceleração da inflação - convém lembrar aqui o fato de que no curso dos doze meses de 1993 a inflação atingiu 5.500%! - e o crescente desemprego dos anos oitenta<sup>1</sup>. Destes problemas, é preciso destacar o do desemprego.

<sup>1</sup> O processo de simultânea ocorrência de inflação e desemprego, ao qual se dá o nome de estagflação, foi examinado da perspectiva da teoria da regulação por Lipietz (1985: 107-116).

No caso brasileiro, o desemprego está relacionado à política de contração da demanda e esta com a necessidade de geração de *superavits* comerciais. Dessa forma, um setor da economia, o "setor exportador", experimentou crescimento e se tornou bastante dinâmico no período. Apenas a um número reduzido de empresas foi permitido escapar da fúria de austeridade que tomou conta das "autoridades econômicas" a partir de 1982.

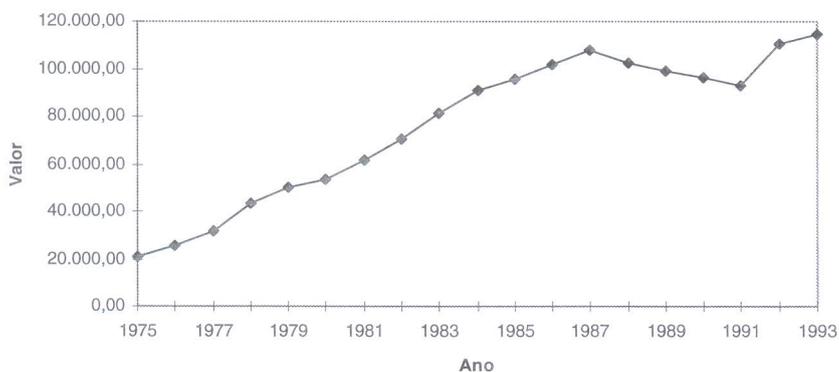
Figura 1

Saldo do Endividamento Externo Brasil 1975-1993 (em US\$ 1.000)



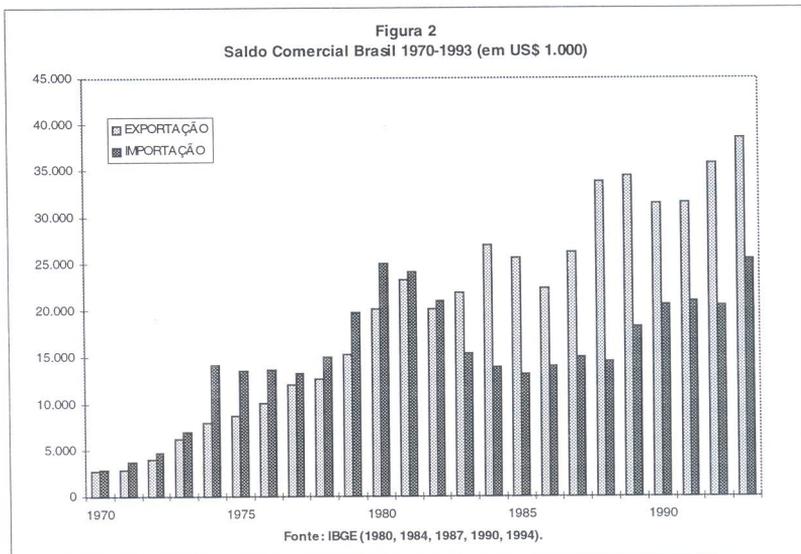
Fonte: IBGE (1980, 1984, 1987, 1990, 1994).

F1 - Saldo do Endividamento Externo

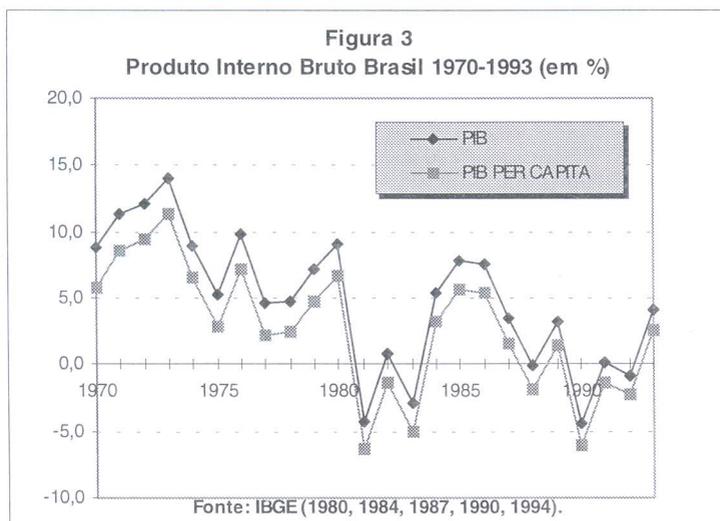


### *Aumento das exportações e mudanças tecnológicas*

Elevados saldos comerciais, necessários ao pagamento dos serviços da dívida externa, têm sido obtidos a partir da primeira metade dos anos oitenta devido a "políticas de austeridade" adotadas desde então. Em virtude do problema da dívida e das dificuldades dela resultantes, foram reduzidas drasticamente as importações. Isto, contudo, era insuficiente para gerar os saldos necessários. Assim, foi adotado um programa de modernização econômica que permitiu acelerar inovações tecnológicas e adaptar a estrutura industrial com vistas a contribuir com os esforços para elevar as exportações. A figura 2 apresenta os dados relativos ao comércio exterior do Brasil de 1970 a 1993. Deficits foram acumulados até 1982 e, de então em diante, foram alcançados superávits crescentes. Vê-se, pois, que estratégias voltadas para a exportação não estavam em contradição com uma deliberada política recessiva.



Ressalte-se neste ponto que as autoridades econômicas brasileiras não atentaram para as consequências internas desta política - como o agravamento da inflação e do desemprego. Com excessão do período de 1984 a 1987, as taxas de crescimento econômico realmente começaram a cair (veja-se a figura 3) - como planejado. A questão que aqui se coloca é: esta política teve êxito? A economia brasileira conseguiu superar os seus problemas? E sobreviver a eles?



#### *Uma reestruturação econômica pós-fordista?*

A política econômica ortodoxa dos anos oitenta não pode ser considerada exitosa. Problemas como dívida externa, altas taxas de inflação e elevado índice de desemprego não foram resolvidos. Entretanto, um fato incontestável é que a economia brasileira, agora baseada numa indústria que exporta, realmente experimentou uma considerável reestruturação.

A indústria como setor econômico não teve o melhor desempenho nos anos oitenta. Agricultura e serviços sobreviveram à crise em melhores condições. Em consequência, a participação relativa da indústria na estrutura da economia brasileira em 1990 era menor que em 1985 e 1980. Mais: a demanda interna - especialmente a demanda da indústria - no fim dos anos oitenta caíra abaixo do nível alcançado no final dos anos setenta. Contudo, a outra face deste processo mostra algumas mudanças importantes na estrutura econômica brasileira. Ao fato da redução das importações e, sobretudo, do incremento das exportações precisam ser relacionados outros dois geralmente esquecidos: em primeiro lugar, houve uma considerável descentralização da estrutura econômica no período posterior a 1975; em segundo, a crise econômica dos anos oitenta afetou mais profundamente centros econômicos tradicionais, de forma que se pode observar uma interessante diferenciação regional dos seus custos.

A relação entre esses fatos é coerente com o que foi sugerido no início desta seção, isto é, a reestruturação da economia brasileira tem importantes implicações sócio-espaciais num contexto de crescente "flexibilização" das relações de produção.

### *Consequências sócio-espaciais da reestruturação da economia brasileira*

Não se pode afirmar que a economia brasileira passou a integrar a nova DIT como país que fez a transição do fordismo para o modelo de desenvolvimento pós-fordista. Pelo contrário: o Brasil foi forçado a encontrar um caminho - através do aumento de saldos comerciais, consequentemente das exportações, que obrigaram a uma modernização de uma parte de sua economia etc. - que lhe permitisse ter um lugar na nova configuração internacional. Os processos de flexibilização - especialmente no caso da indústria - podem ser considerados como ingredientes importantes da reestruturação econômica.

As consequências sociais da reestruturação econômica encontram expressão no crescimento da pobreza. Estima-se que o número de pessoas que no Brasil são excluídas de qualquer benefício do desenvolvimento chegue a 32 milhões. O crescimento da pobreza resulta do aumento das taxas de desemprego, da "informalização" desenfreada (de uma população economicamente ativa de aproximadamente 64 milhões de trabalhadores, apenas 40 milhões estão "empregados"), da redução do poder de compra do salário-mínimo, da forte concentração de renda (ao final dos anos oitenta, 10% da população controlavam 53% do PIB), da redução na oferta de produtos básicos (basic-needs goods), etc. Estas consequências não podem ser dissociadas do processo mais geral da reestruturação econômica antes descrito. Para se compreender esse processo mais geral (e, assim, esclarecer melhor o argumento do presente paper), convém dedicar maior atenção aos seus efeitos espaciais.

Como foi mencionado, uma considerável descentralização da estrutura econômica brasileira teve lugar a partir de 1970, embora o sudeste brasileiro permaneça a macrorregião economicamente mais importante do país. Entretanto, o fato crucial é que, se em 1970 o sudeste ainda concentrava 79% da produção industrial brasileira, em 1985 ele controlava 66%. Considerando-se os estados-membros, São Paulo lidera a produção industrial brasileira. A exemplo do que aconteceu com as macrorregiões, a participação do estado de São Paulo na produção industrial brasileira caiu de 56,6% em 1970 para 43,9% em 1985 (IBGE, diversos anos). Isso demonstra que outras regiões e outros estados brasileiros ganharam em importância econômica no período considerado.

Entre os estados que ganharam em importância econômica, destacam-se a Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina: eles experimentaram um desempenho superior ao dos demais estados brasileiros nos anos oitenta, o que corrobora o argumento de uma descentralização espacial da produção industrial (e da estrutura econômica) no Brasil.

### **Acumulação flexível e novos movimentos sociais urbanos: o caso de Blumenau**

A industrialização do nordeste catarinense é considerada exitosa enquanto modelo de desenvolvimento de uma região periférica (Kohlhepp 1968, Silva 1984). A formação da indústria catarinense, caracterizada pela presença de pequenas propriedades familiares, foi bastante diferente da industrialização de outras regiões do Brasil, sobretudo de São Paulo. Santa Catarina apresenta uma formação econômica original, no contexto da qual se destacam os pólos de imigração alemã (Blumenau, Joinville e Brusque), que acabaram se tornando destacados centros industriais do

Estado.

Para se analisar os efeitos do processo de globalização sobre a economia local, analisar-se-á o caso de Blumenau, um dos centros industriais catarinenses referidos. O propósito é identificar possíveis características da acumulação flexível e examinar o fenômeno da emergência de novos movimentos sociais urbanos em Blumenau. Para tanto, será feita uma breve introdução histórica à industrialização local, seguida da análise das mudanças dos anos oitenta, i.é. o surgimento de uma estrutura de produção flexível e, quase simultaneamente, de associações de moradores.

### *Breve introdução histórica à industrialização de Blumenau*

Por razões históricas e geográficas, nunca se estabeleceu em Santa Catarina uma economia agrícola fundada na monocultura e voltada para a exportação, como aconteceu em outras regiões do Brasil Colonial. O resultado foi uma quase completa ausência de grandes propriedades rurais baseada em mão-de-obra escrava. Pelo contrário, o "modelo" catarinense assentou-se predominantemente em pequenas propriedades (*small mixed-farming properties*). Terra abundante, ainda não ocupada, foi colocada à disposição de europeus "livres" para a colonização. A atividade agropecuária iniciou-se na metade do século dezanove - nas florestas subtropicais entre a faixa costeira ocupada pela população açoriana, que desenvolvia uma economia pesqueira, e os campos da região planaltina ocupada pela população luso-brasileira, que explorava a atividade pecuária. A valorização da atividade agrícola no nordeste de Santa Catarina, baseada na pequena propriedade rural e no trabalho "livre", constituiu a base de seu dinâmico desenvolvimento industrial.

Em diferentes épocas, imigrantes europeus providos de conhecimento técnico e treinamento na produção manufatureira, definiram os rumos do desenvolvimento industrial do nordeste catarinense. A indústria emergiu nesta região em forma de estabelecimentos de pequena escala, com pouco suporte financeiro público ou multinacional e cresceu organicamente através do emprego quase exclusivo de capital local (Kohlhepp 1968).

Blumenau, que se localiza no médio curso do Rio Itajaí-Açu, foi fundada em 1850. A chegada contínua de grande número de colonos e o aporte de substanciais investimentos realizados ao longo de muitos anos por sociedades privadas de colonização impulsionaram o desenvolvimento local, levando o governo a transformar o núcleo colonial de Blumenau num dinâmico centro regional.

A industrialização do Vale do Itajaí principia por volta do ano de 1880. Deste ano até 1892, surgem em Blumenau e Brusque pequenas firmas industriais nos ramos têxtil e de confecções. A partir de então, o processo de industrialização regional toma corpo, culminando com a entrada de produtos industriais de Santa Catarina no mercado brasileiro após o término da primeira guerra mundial e, nos anos setenta, no mercado mundial.

As elites locais têm afirmado que o Vale do Itajaí é a segunda região mundial em termos de concentração de indústrias têxteis, perdendo apenas para a região de Greensboro, na Carolina do Norte. Para sustentarem a sua afirmação, lembram que o ramo têxtil conta com aproximadamente 6.500 empresas na região do Vale do Itajaí. Destas, 37 são grandes firmas com mais de 1.000 empregados, a maioria delas

concentrada em Blumenau (como é caso de Artex, Cremer, Hering, Karsten, Sulfabril e Teka), e 111 firmas de médio porte (entre 50 e 1.000 empregados). A participação da indústria têxtil corresponde a 25% da indústria catarinense, empregando aproximadamente 93.000 trabalhadores (28% da força de trabalho industrial de Santa Catarina) e fabricando anualmente cerca de 110.000 toneladas de produtos têxteis (Expressão 1993).

O exemplo da indústria têxtil acima permite compreender a natureza da estrutura produtiva de Santa Catarina, caracterizada por considerável número de grandes empresas, mas também por muitas firmas de médio e pequeno porte. De fato, a participação destas na economia do Estado não é desprezível: as empresas de médio e pequeno porte são responsáveis por 30,7% da produção industrial de Santa Catarina. Elas exportam 54% de sua produção para outros estados brasileiros e 7% para outros países (Batalha & Demori 1990).

Também se argumenta com frequência que, no início, a indústria de Santa Catarina emergiu e se desenvolveu de forma autônoma<sup>1</sup>, um processo no qual os imigrantes alemães, italianos e poloneses teriam tido um papel fundamental.

Se a emergência e o desenvolvimento da indústria local podem ser caracterizados como processos endógenos, o presente processo de acumulação no Vale do Itajaí vem se caracterizando antes pela flexibilização das relações de produção e da organização do trabalho. Tome-se o exemplo da indústria têxtil, o ramo que historicamente teve maior importância na economia de Blumenau: aí se evidenciam diversas mudanças no interior das firmas, como também alterações nas relações inter-firmas, observando-se o surgimento de redes entre produtores têxteis, inclusive entre firmas de diferente porte (Storper 1990:434).

#### *As mudanças dos anos oitenta: produção flexível e o surgimento de associações de moradores*

Referindo-se ao Brasil, Jacobi (1986) observara que os movimentos sociais urbanos podem ser considerados como um fator que distingue a presente sociedade capitalista brasileira. Uma de suas principais características reside no fato de questionarem a distribuição dos serviços urbanos e dos bens de consumo coletivo em várias esferas do Estado. De um lado, esses movimentos assumem um caráter econômico, na medida em que afetam a qualidade de vida urbana; de outro, eles assumem um caráter político, por expressarem as contradições da realidade urbana.

As associações de moradores (AMs) constituem um dos movimentos sociais urbanos no Brasil que expressam os conflitos da sociedade capitalista em nível local. Neste contexto, merece atenção o rápido crescimento de AMs em Blumenau no final dos anos oitenta.

---

<sup>1</sup>"This industrial economy evolved outwards from within, using its own human and economic resources, and escaped the criteria of peripheral and dependent economic development" (Dias et al. 1987:22).

Os resultados de uma pesquisa sobre as AMs localizadas na periferia de Blumenau demonstraram que a maioria delas surgiu na segunda metade dos anos oitenta. Em geral elas eram pequenas, é, não mais que 200 famílias de trabalhadores integravam cada associação. Além disso, elas eram relativamente ativas, reunindo-se pelo menos uma vez por mês. Outra característica das AMs entrevistadas era a sua estrutura relativamente democrática: em 72% delas, o presidente era eleito, em 89% o presidente fora eleito por um período máximo de dois anos e em 71% as reuniões eram abertas à participação de todos os seus integrantes.

Entretanto, a pesquisa se debruçou realmente sobre as seguintes questões: Por que tantas associações de moradores surgiram em Blumenau em tão pouco tempo? Qual era a sua importância para os seus membros? Que tipos de problemas eram discutidos nas reuniões das associações? Como eram encaminhadas as soluções para tais problemas?

Em 1992, havia mais de 60 AMs em Blumenau. Contudo, 44 destas surgiram no curto período entre 1987 e 1989. Entre as razões indicadas pela pesquisa que explicam essa proliferação de AMs estão: em primeiro lugar, a inoperância do governo local (Prefeitura) no suprimento de serviços urbanos, o que se observava nos problemas de abastecimento de água, energia elétrica, transporte público e escolas nas localidades periféricas da cidade. Em segundo lugar, algumas AMs acabaram surgindo, motivadas pelo desejo de uma aproximação com o poder público local. Em terceiro lugar, algumas AMs foram criadas a partir da influência direta do poder público local.

Três motivos explicam a importância das AMs para os seus membros. Primeiramente, os entrevistados afirmaram que as AMs são importantes por que permitem resolver problemas comunitários mais rapidamente. A importância das AMs também decorre do seu caráter político, na medida em que elas contribuem para o crescimento da consciência política dos seus membros, para a promoção de uma maior participação popular, para a organização e ação da comunidade, para a defesa dos interesses coletivos e para o compromisso com a democracia local e direta. O terceiro motivo apontado tem um caráter psicológico: para os membros das associações o trabalho comunitário é importante.

Quanto aos problemas discutidos pelas AMs, estes são essencialmente problemas comunitários, problemas da localidade e problemas das famílias. O primeiro destes tipos de problemas, apontado como o principal por 62% dos respondentes, relaciona-se com a vida comunitária. O segundo refere-se aos equipamentos coletivos da localidade onde se encontram as associações (infraestrutura urbana, escolas etc.). O terceiro tipo de problemas diz respeito à esfera privada das famílias que fazem parte das AMs.

Em sua maioria, estes problemas são problemas coletivos, i.é, públicos, e concretos, i.é. bem definidos, afetando muitas famílias de trabalhadores da localidade onde existem AMs. Entre as soluções indicadas para resolver tais problemas, foi mencionado, primeiramente, a pressão da comunidade organizada sobre o governo local

e, em segundo lugar, a organização de comissões para reduzir o impacto ou mesmo resolver problemas específicos.

As pessoas das áreas periféricas do município de Blumenau entrevistadas certamente desconhecem "acumulação flexível" e outros termos empregados neste *paper*. Entretanto, elas são seres humanos que tomaram e tomam parte no processo aqui analisado. As relações entre os efeitos da "flexibilização" no nível local e a emergência de movimentos sociais urbanos são claras. As famílias de trabalhadores sofrem as consequências do desemprego. Se, porém, um trabalhador tinha emprego, ele passou a receber menos, embora tivesse que trabalhar mais. A formação e o crescimento de AMs em Blumenau resulta de uma reação: as pessoas se organizam onde vivem, reagindo em nível local contra as políticas econômicas neoliberais que favorecem uma modernização conservadora ao custo da qualidade de vida dos que já são excluídos.

### **Considerações finais**

Neste artigo tentamos analisar as relações entre a globalização da economia capitalista e suas consequências em nível local, tomando como exemplo uma cidade na macrorregião Sul do Brasil. Baseado na abordagem da teoria da Regulação e examinando dados empíricos, pudemos mostrar que:

- a velha divisão internacional do trabalho (DIT) assentada na generalização do modelo de desenvolvimento fordista quebrou,
- uma nova DIT baseada em estratégias de acumulação flexível emergiu,
- os ajustamentos realizados com vistas a concretizar esta nova DIT foram feitos às expensas dos países periféricos,
- através do endividamento externo, muitos destes países (como o Brasil) foram forçados a reestruturar as suas economias,
- no particular caso do Brasil, a reestruturação econômica teve importantes consequências espaciais e sociais,
- as implicações espaciais, que podem ser consideradas positivas, levaram a uma descentralização das atividades econômicas, especialmente a uma reestruturação industrial,
- como efeitos negativos dos ajustamentos econômicos, o Estado, em geral, e as administrações públicas locais, em particular, reduziram investimentos em equipamento urbano,



as famílias de trabalhadores residentes na periferia de Blumenau tentaram proteger-se de tais efeitos negativos mediante a sua organização em AMs.

Estes são os fatos analisados. Mas eles não correspondem à única forma possível de que os trabalhadores dispõem para fazerem a sua história (Lipietz 1987:195). Ao se organizarem em AMs ou de outra maneira, as famílias de trabalhadores de Blumenau podem ampliar a sua participação na defesa de seus interesses. É através de processos como esses, em que a luta por melhores condições materiais de vida é travada pela população organizada, que novas possibilidades de equidade social e democracia política se abrem.

## Bibliografia

- AGLIETTA, M.: **A theory of capitalist regulation: the US experience**. London, New Left Books., 1979
- BATALHA, M. O. & DEMORI, F.: **A pequena e média indústria em Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. UFSC., 1990
- BAUMANN, R. & BRAGA, H. C.: "A racionalidade econômica da seleção de produtos beneficiados com financiamento preferencial à produção para a exportação". In: **Revista Brasileira de Economia**, v.39, n.4, p.385-399, 1985.
- BAUMANN, R. & MOREIRA, H. C.: "Os incentivos às exportações brasileiras de produtos manufaturados 1969/85". In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.17, n.2, p. 471-490, 1987.
- DIAS, J. R. S. et al.: **Santa Catarina: immigrants and industry**. São Paulo, Ed. Rios., 1987.
- EXPRESSÃO : "Itajaí Valley, Valley of the Weavers: German community builds world's second highest textile concentration". In: **Expressão** (special issue), p. 27-33, 1993.
- FRITSCH, W. & FRANCO, G. H. B.: "Competition and industrial policies in a technologically dependent economy: the emerging issues for Brazil". In: **Revista Brasileira de Economia**, v.45, n.1, p. 69-90, 1991.



- HARVEY, D.: **The condition of postmodernity**: an inquiry into the origins of cultural changes. Cambridge/MA & Oxford/UK, Basil Blackwell, 1989.
- IBGE: **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.
- IBGE: **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984.
- IBGE: **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.
- IBGE: **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.
- IBGE: **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994.
- JACOBI, P. R.: "Movimentos sociais urbanos no Brasil". In: ANPOCS (Org.): **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil** (vol. 1). São Paulo, Cortez, p. 221-236, 1986.
- KOHLEHPP, G.: **Industriegeographie des nordoestlichen Santa Catarinas, Suedbrasilien**: ein Beitrag zur Geographie eines deutschbrasilianischen Siedlungsgebietes. Heidelberg, Departamento de Geografia/Universidade de Heidelberg, 1986.
- LIPIETZ, A.: **The enchanted world**: inflation, credit and the world crisis. London, Verso, 1985.
- LIPIETZ, A.: "New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation". In: **SCOTT, A. & STORPER, M.** (Org.): Production, work, territory. Boston, Allen & Unwin, p. 16-40, 1986.
- LIPIETZ, A.: **Mirages and miracles**: the crisis of global fordism. London, Verso, 1987.
- LIPIETZ, A.: **Towards a new economic order**: postfordism, ecology and democracy. New York, Oxford University Press, 1992.



- SILVA, V. V.: Le processus d'industrialisation et d'urbanisation dans la région nord-est de l'Etat de Santa Catarina, Brésil. Paris, Univ. de Paris I (Thèse 3me cycle), 1984.
- SINGER, P. I.: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Nacional, 1974.
- STORPER, M.: "Industrialization and the regional question in the Third World: lessons of postimperialism, prospects of post-fordism". In: **International Journal of Urban and Regional Research**, v.14, n.3, p.423-444, 1990.